

LABORO – EXCELÊNCIA EM PÓS-GRADUAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

**SILVIA LETICE SILVA DOS SANTOS  
VILMA VASCONCELOS BEZERRA ALMEIDA**

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUA RELAÇÃO COM AS  
POLÍTICAS DE COMBATE A DESIGUALDADE SOCIAL NO MARANHÃO**

São Luís  
2012

**SILVIA LETICE SILVA DOS SANTOS  
VILMA VASCONCELOS BEZERRA ALMEIDA**

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUA RELAÇÃO COM AS  
POLÍTICAS DE COMBATE A DESIGUALDADE SOCIAL NO MARANHÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentada  
à Faculdade Laboro, como requisito para  
obtenção do grau de Lato Sensu em Gestão  
Pública.

Orientador: Profª Drª Mônica Gama

São Luís  
2012

**SILVIA LETICE SILVA DOS SANTOS  
VILMA VASCONCELOS BEZERRA ALMEIDA**

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUA RELAÇÃO COM AS  
POLÍTICAS DE COMBATE A DESIGUALDADE SOCIAL NO MARANHÃO**

Trabalho de conclusão de curso apresentada  
à Laboro – Excelência em Pós-graduação,  
como requisito para obtenção do grau de Lato  
Sensu em Gestão Pública.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profª Drª Mônica Gama  
(Orientador)

---

Professor (a) (convidado)

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por ter nos concedido a oportunidade de realizar mais um sonho.

“Não é a consequência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.”  
Karl Marx

## RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão e a sua relação com as Políticas de Transferência de Renda como uma estratégia de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social fazendo uma análise dos programas adotados no Brasil. Nesse espaço é apresentado o conceito de desenvolvimento econômico e a dinâmica da economia do Maranhão nos últimos anos na busca de compreender as consequências dentro do processo do desenvolvimento socioeconômico no estado maranhense e contrapor com as políticas de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. Identificando os resultados e as limitações dos programas de transferência de renda que tem demonstrado resultados modestos no combate dos problemas sociais no Maranhão.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento socioeconômico. Pobreza. Desigualdade social. Maranhão. Política de transferência de renda.

## ABSTRACT

The present study has the objective to analyze the socioeconomic development of Maranhão and its relationship with the Policies Transfer Income as a strategy of facing poverty and social inequality doing an analysis of the programs adopted in Brazil. In that space is presented the concept of economic development and the economic dynamic of Maranhão in last years in seeking to understand the consequences in the process of socioeconomic development in the state of Maranhão and oppose with the policies of facing poverty and social inequality and identifying the results and the limitations of income transfer programs that have shown modest results in combat of the social problems in Maranhão.

**Keywords:** Socioeconomic Development. Poverty. Social inequality. Maranhão. Income transfer policy.

## LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMESC	Instituto Maranhense de Estudo Econômico e Social e de Cartografia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	9
2	<b>OBJETIVO GERAL.....</b>	10
3	<b>METODOLOGIA.....</b>	10
4	<b>CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....</b>	12
5	<b>POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL.....</b>	14
6	<b>RESGATE HISTÓRICO DA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO MARANHÃO.....</b>	20
6.1	<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS.....</b>	20
6.2	<b>DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO MARANHÃO.....</b>	21
7	<b>DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MARANHÃO E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE COMBATE A DESIGUALDADE SOCIAL.....</b>	22
8	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	27
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	29

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de analisar a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico no Maranhão a partir de revisão literária em busca de verificar se realmente existe crescimento no âmbito socioeconômico e de que forma esse crescimento está contribuindo no enfrentamento da pobreza e na diminuição da desigualdade social. Assim serão analisados também os pontos positivos e os negativos das políticas de transferência de renda como estratégias de enfrentamento da pobreza.

O Estado do Maranhão está situado na região mais pobre e conseqüentemente com os piores indicadores sociais do Brasil, muito embora possua um grande potencial de crescimento e desenvolvimento por apresentar uma grande área fértil muito propícia para agricultura, mas há uma concentração de renda e da terra nas mãos de poucos, o que causa um alto índice de desigualdade e exclusão social no Maranhão.

A desigualdade social no Brasil, apesar dos grandes avanços nas últimas décadas, ainda é considerada um dos índices mais altos do Mundo. Este fenômeno prejudica todas as faixas etárias da população, principalmente os jovens de classe mais baixa, impossibilitados de progredir socialmente pela falta de educação de qualidade, melhores oportunidades no mercado e de obter uma vida saudável e com dignidade, o que pode contribuir no aumento das ocorrências de violências nas zonas urbanas.

O índice de desigualdade e pobreza no Maranhão atinge um nível considerável da população, o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH é de 0,68 conforme dados da PNUD de 2008, ficando no 26º lugar no ranking em relação ao Brasil, instituto esse que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias, e que tem a constante missão de buscar alinhar seus serviços às necessidades de um país dinâmico e diversificado.

Entendemos que a pesquisa sobre crescimento econômico no âmbito regional e a nível Brasil pode ser de grande relevância tanto para o desenvolvimento desse trabalho como para conhecimentos gerais, uma vez que nos possibilitará uma compreensão mais ampla e crítica das transferências de renda. Consideraremos

também a criação e a relevância das políticas sociais com o objetivo de garantir renda à população, pois se trata de um direito de cidadania.

Pretende-se analisar o tema de desenvolvimento socioeconômico porque nesses últimos anos se tornou um fenômeno amplamente desejado por toda a população, visto que a humanidade deseja qualidade de vida, que só é possível quando as necessidades e desejos passam a serem atendidos adequadamente. Além, disso o conceito de desenvolvimento econômico juntamente com a noção de desigualdade social também será abordado neste trabalho são temas que apresentam controvérsias por apresentarem ausência de uma conceitualização aceita universalmente.

Os motivos que nos levaram a escolher o objeto de estudo deste trabalho se manifestou a partir do interesse profissional e intelectual de compreender a dinâmica socioeconômica, assim como compreender o fenômeno da desigualdade social dentro desse contexto, algo que vem nos incomodando no dia a dia incluindo as aulas do curso especialização em Gestão Pública que também influenciaram muito em nossa decisão de escolher o objeto de estudo.

O que se percebe nesses últimos anos é que o Maranhão tem demonstrado um recente crescimento econômico, mas por outro lado, tal crescimento não se torna suficiente para superar ou mesmo minimizar sua desigualdade social.

## **2 OBJETIVO GERAL**

Estudar o desenvolvimento socioeconômico e sua relação com as políticas de combate à desigualdade social no Maranhão, considerando a literatura especializada e dados estatísticos oficiais.

## **3 METODOLOGIA**

Para desenvolver o estudo proposto será realizada uma revisão de literatura, considerando a relevância do tema, buscando conhecer sob a visão de alguns autores o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Maranhão, identificando a sua relação com as políticas de combate à desigualdade social nas últimas décadas

e ainda será realizado o levantamento e análise documental sobre os programas de transferência de renda em nível nacional e estadual. E assim contribuir para os objetivos do estudo.

No que se refere ao desenvolvimento socioeconômico do Maranhão percebeu-se que há uma carência muito grande em relação ao tema. Nesta pesquisa será utilizada a publicação do autor Mesquita (2008), Cadernos IMESC 7, que trata do desenvolvimento econômico recente do Maranhão, a partir da análise do crescimento do PIB entre outros artigos e dados disponibilizados pela internet. E sobre a desigualdade social utilizaremos artigos, dissertações e informações disponibilizados no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Consideramos que o levantamento de alguns indicadores sociais se conseguirá uma melhor compreensão para analisar a redução da pobreza no Maranhão em relação à Região Nordeste e ao País, pois será necessário o estudo de várias fontes. Segundo Marconi (2001, p. 56) “a pesquisa implica o levantamento de dados de várias fontes [...]. Tem como objetivo colocar o pesquisador a par de tudo o que foi escrito sobre determinado assunto”.

A elaboração da pesquisa terá como ferramenta embasadora, material já publicado sobre tema específico da área; livros, artigos científicos, publicações periódicas, dissertações e cadernos publicados a nível estadual, sendo pesquisados ainda dados em bases de dados eletrônicos como Google acadêmico, biblioteca virtual da UFMA e materiais disponíveis nos seguintes bancos de dados: IBGE, PNUD e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome-MDS. Para a organização do material, foram realizadas as etapas e procedimentos do Trabalho de Conclusão de Curso onde se busca a identificação preliminar bibliográfica, fichamento de resumo, análise e interpretação do material, bibliografia, revisão e relatório final.

Vale lembrar que as definições das etapas do processo metodológico são de suma relevância e se mostram como método facilitador para uma compreensão do que será estudado.

Além de disso é necessário destacar que o conhecimento produzido é sempre parcial e temporário porque a realidade é contraditória e está em processo contínuo de transformações.

Desta forma os capítulos que serão desenvolvidos neste trabalho serão as seguintes: a) o conceito de desenvolvimento econômico; b) políticas de enfrentamento da desigualdade social; c) resgate histórico da dinâmica socioeconômica do Maranhão; e d) desenvolvimento socioeconômico do Maranhão e sua relação com as políticas de combate à desigualdade social.

#### **4 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

O desenvolvimento econômico é característico de um processo capitalista onde se faz perceber o seu crescimento a partir da melhor distribuição de renda por habitante, pois a melhor distribuição de renda significa dizer que o resultado será o alto poder de compra da população. Portanto havendo poder de compra o desenvolvimento socioeconômico teria resultados significantes, ou seja, o crescimento de um país depende diretamente de acúmulo de recursos para incorporação do progresso e à produção, assim, na medida em que a sociedade cresce os seus recursos dispõe a crescer também.

Para Bresser-Pereira (2006),

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

Durante a Era Vargas vinha sendo estudada como uma possível solução da má distribuição de renda a geração de emprego apenas, acreditava-se que somente com esta política poderia então resolver o problema econômico e social, porém verificou-se que não era o bastante.

Ribeiro tem como conclusão o seguinte estudo,

Principalmente a partir da Era Vargas criou-se condições para atração de capital estrangeiro, promovendo o desenvolvimento tecnológico do país e criando a indústria de base. Acreditava-se ser esta política sinônimo de desenvolvimento também no âmbito social. No entanto, os altos índices de concentração de renda e de sua má distribuição persistentes até os dias de hoje, são indicadores de que este caminho que se tentou traçar ao longo do século XX não foi bem-sucedido.

Levando em consideração o contexto acima, é importante destacar de que apesar de ter se prolongado por várias décadas o problema da má distribuição de renda o poder de compra da população brasileira de certa forma cresceu nesses últimos anos por haver diversos programas de promoção de política sociais adotados pelo Brasil, fazendo com que houvesse aumento de renda das famílias de classe mais baixa.

Segundo Ribeiro colaborador do Brasil Escola afirma,

Que embora o Brasil ainda tenha diversos problemas estruturais tanto no sentido social como econômico, devemos fazer justiça com a diminuição da desigualdade social ocorrida nas últimas décadas, haja vista a inclusão de milhares de brasileiros na chamada classe média e da importância que é a transferência de renda por meio desses programas além do investimento em educação na formação do jovem e na capacitação do trabalhador.

Apesar da importância da capacitação do trabalhador é importante destacar que o Estado em sentido Estado-nação depende do mercado, ou seja, do dinheiro para dar garantia ao desenvolvimento econômico. Portanto, quando se fala em mercado ou em Estado, está se falando também em desenvolvimento econômico, pois todos estão harmonicamente relacionados. O país e o governo são os responsáveis no processo de desenvolvimento, através da definição de instituições necessárias ao desenvolvimento capitalista, como a garantia da produtividade, a proteção da indústria nacional, e os mais variados sistemas de estímulo ao investimento produtivo, e também através da institucionalização da educação pública universal que permitirá o aumento da produtividade em toda a economia.

Para que haja desenvolvimento segundo Bresser-Pereira (2006),

a experiência histórica ensina que é essencial que as instituições garantam, em primeiro lugar, a ordem pública ou a estabilidade política, em segundo lugar, o bom funcionamento do mercado, e, em terceiro lugar, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar.

De acordo ainda com Bresser-Pereira (2006), “cabe ao estado e a seu governo, em cada momento, estabelecer o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento e a distribuição, entre os lucros e os salários, entre os investimentos e as despesas sociais”.

Para garantir o desenvolvimento e a distribuição de renda o governo trabalha com diversos programas sociais no sentido de regular o equilíbrio das classes consumidoras e acesso aos direitos sociais.

## **5 POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL**

A pobreza e a desigualdade social no Brasil podem ser consideradas um fenômeno histórico que vem se arrastando ao longo dos anos como um desafio de grande complexidade. Compreendemos que a noção de pobreza assim como a noção de desigualdade não pode ser dada de forma única e universal, muitos autores demonstram várias teorias que explicam os seus principais determinantes.

A desigualdade e a pobreza, sendo dimensões distintas, “apesar de serem confundidas em diversos momentos na discussão cotidiana, são dimensões radicalmente distintas da nossa realidade e solicitam, portanto, soluções diferenciadas.” (HENRIQUES, 2003, p.59).

E, ainda comenta que as proposta de desenho dos componentes da política social de redistribuição de renda ainda são insuficientes no enfrentamento do problema.

Muitos autores consideram que a desigualdade na distribuição de renda, a exclusão econômica e social como sendo os principais determinantes para explicar os elevados níveis da pobreza. Embora se saiba que existem várias outras teorias e abordagens que determinam a pobreza e a desigualdade social.

Tomando como determinantes da insuficiência de renda, a escassez de recursos e a má distribuição destes, os autores apontam a distribuição de renda como mais eficaz na explicação da pobreza no Brasil, uma vez que, em relação à renda percapita, o país situa-se entre o terço mais rico dos países do mundo. (SILVA, 2004).

A autora Silva (2004) em sua tese de mestrado demonstra várias concepções teóricas que são respaldadas por valores e princípios em acordo com a visão concebida que cada autor tem da realidade. Assim, comenta que os governos democráticos, para a elaboração e implementação dos programas sociais, incorporam mais a noção de que:

o conceito de pobreza relativa se funda na noção de desigualdade e na ausência de condições que permitam aos pobres, participar de um padrão mínimo de sobrevivência que supere a mera reprodução da força de trabalho, mas que permita, através de um determinado padrão de renda, participar da sociabilidade vigente dentro de condições mínimas. (SILVA, 2004).

A literatura demonstra que o enfrentamento da pobreza e redução da desigualdade segundo Silva (2004) vem sendo conduzida historicamente a níveis de legislações trabalhistas e das políticas públicas de corte social isso porque existe uma dissociação entre o econômico e o social. Neste caso a política de enfrentamento sofre o deslocamento do campo da economia, onde está a sua origem para o campo da seguridade social. A explicação é que o social está subordinado ao econômico.

A política de transferência de renda no Brasil tem seu marco inicial nos anos 1930, quando surgiram as primeiras discussões de um Sistema de Proteção Social. Nessa época o país sofreu algumas modificações no processo de desenvolvimento econômico deixando o modelo agroexportador para o modelo urbano industrial, porque naquele momento surgia a pressão por parte da classe trabalhadora para responder às necessidades básicas da classe operária.

A partir de então o Sistema de Proteção Social vem se desenvolvendo ao longo dos anos. Em 1970 os programas e os serviços sociais surgiram para minimizar as fortes pressões da classe trabalhadora e da população em geral. Silva e Silva (2007, p. 1430) faz um resgate mais detalhado do desenvolvimento do Sistema de Proteção do Brasil. Para a autora “a proteção social cumpre funções de reprodução da força de trabalho e de legitimação do regime de exceção.”

Outro marco considerado importante na trajetória das conquistas dos direitos sociais foi nos anos 80 com a ampliação dos movimentos sociais. Emergiram partidos formados por trabalhadores e sindicatos, unificando e fortalecendo as lutas por participação políticas e a universalização dos direitos sociais culminou, então, na nova Constituição Federal em 1988. A nova Constituição Federal instituiu o direito a Seguridade social e assegurou a participação da sociedade organizada na formulação e implementação das políticas públicas. “Neste contexto o grau de pobreza e a desigualdade social atingiram seus valores máximos nos anos 1983 e 1984 devido ao período de recessão no início dos anos 80.” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p.124).

Com a Seguridade Social composta por três políticas: a de Saúde, Previdência social e Assistência Social representaram assim uma conquista da classe mais desfavorecida da população porque passou a garantir aos mais pobres, acesso aos programas e serviços sociais que antes eram considerados apenas favores.

Mas o processo de implementação dos direitos sociais instituídos na nova Constituição de 1988 foi muito lenta, somente em 1991, muitos anos depois o governo coloca na agenda pública o debate sobre Programa de Transferência de Renda. Isso quando o Senador Eduardo Suplicy enviou o projeto de Lei n. 80/1991 ao Senado e o mesmo foi aprovado. O projeto propôs um Programa que garantia uma renda mínima a todos os cidadãos brasileiros que residiam no país, maiores de 25 anos de idade que tivesse uma renda 2,25 salários mínimos referentes aos valores de 2005.

A autora Silva e Silva (2007) considera que o processo de construção da política de transferência de renda se divide em cinco momentos específicos, os quais foram fundamentais para culminar em uma unificação os vários programas criados pelos governos nos três níveis municipal, estadual e federal.

O primeiro momento começou com a entrada do tema programa de transferência de renda na agenda pública governamental em 1991 e só se ampliou nos anos subsequentes. No segundo momento, ainda em 1991, o debate sobre renda mínima foi inovada com a ideia de articular a política de educação com a garantia de uma renda mínima para as famílias que tinham crianças nas escolas. O objetivo da política era instituir uma política social que amenizasse em curto prazo a pobreza e em longo prazo a sua reprodução.

O terceiro momento foi marcado pela implementação dos programas a partir de 1995 iniciando suas primeiras experiências nos municípios de Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo e Brasília (Distrito Federal).

Iniciou-se em 2001 o quarto momento no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Foi nesse momento que houve a expansão dos programas, desenvolvendo e criando outros novos. Os programas implementados foram o Bolsa Escola Federal, Bolsa Alimentação em todos os municípios ao lado da expansão dos programas Benefício de Prestação Continuada – BPC e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI implementados desde 1996. Esses programas chegaram a

atingir a maioria dos 5.561 municípios brasileiros e foram implementados como o modelo de gestão descentralizada.

Desde janeiro de 1996 encontra-se em vigor o Benefício de Prestação Continuada – BPC que é um benefício assistencial que assegura o pagamento de um salário mínimo vigente para as pessoas com idade a partir de 65 anos e também para portadores de deficiências. Está previsto na Constituição Federal de 1988 e é regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, em seu art. 2º, inciso IV, desde que comprove se idoso a idade igual ou superior a 65 anos e renda per capita inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. Para os portadores de deficiências, além de comprovar que é incapacitado para o trabalho e para a vida independente. A revisão do benefício é feita a cada dois anos.

Conforme consta a cartilha de orientação do PETI foi implantada nos anos de 1996, tendo como objetivo retirar crianças e adolescentes de sete a quinze anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre e degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança. Ao mesmo tempo tem também por finalidade: assegurar o acesso e permanência na escola; ampliar o universo de conhecimentos através de atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer em período complementar ao da escola; apoiar às famílias através de ações socioeducativas e da promoção e implementação de projetos de geração de trabalho e renda.

O quinto e último momento que a autora Silva considera se inicia nos anos de 2003 com o primeiro mandato de Luiz Inácio da Silva, indicando a prioridade do governo que era o enfrentamento da fome e da pobreza no país. Dessa forma, o governo propôs o Programa Fome Zero e considerou como um importante mecanismo para o enfrentamento à pobreza.

Para a autora pode ser um bom mecanismo desde que seja articulado com a Política Econômica do país desde que leve em consideração

a redistribuição de renda, a valorização do trabalho, a geração de emprego, a proteção sociais do trabalhador, a inclusão de todos os trabalhadores formais e informais na cidade e no campo, num sistema nacional de Previdência Social e a efetivação de reforma agrária com assistência ao trabalhador do campo. (SILVA E SILVA, 2007, 1432).

Nesse caso o quinto momento é marcado pela ampliação do público atendido pelos os programas sociais e pela unificação de todos os programas

implantados nos três níveis de governo. E para a autora “já podemos falar na instituição de uma Política Nacional de Transferência de Renda, constituindo-se no eixo central da proteção social no Brasil.”

Em outubro de 2003 foi criado o Programa Bolsa Família - PBF com o objetivo de unificar os programas Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cupom de Alimentação e o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação – Bolsa Escola. Todos esses programas foram unificados no governo Luís Inácio Lula da Silva, formando assim o PBF. O Bolsa Família constituiu-se como o principal Programa de Transferência de Renda do Governo Federal com o objetivo de combater a fome, a pobreza e a desigualdade por meio da transferência direta de um benefício a fim de garantir o acesso aos direitos sociais básicos como saúde, educação, assistência social e segurança alimentar de forma que contribua para a emancipação das famílias beneficiárias e construir meios para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade.

Em contrapartida as famílias beneficiárias devem cumprir com as condicionalidades na área da educação e na saúde impostas pelo programa para que possam receber o benefício mensal. A intenção das condicionalidades segundo os seus idealizadores é certificar o compromisso e a responsabilidade de manter as crianças e os adolescentes na escola e com uma frequência mínima de 85% e na área da saúde o cumprimento da agenda da saúde com exame de rotina, pré-natal para as gestantes, vacinação e acompanhamento das crianças.

Convém acrescentar que nas Pesquisas de Amostra por Domicílio 2004 e 2005, informações coletados pelo IBGE, houve uma redução nos níveis de pobreza e da desigualdade social na população brasileira, mas segundo entendimento de Silva e Silva (2007) foi pouco significativo se considerada a realidade brasileira.

A autora destaca ainda alguns problemas que o PBF apresentou logo no início da implementação do programa como, por exemplo,

ausência de uma coordenação geral dos programas, gerando desperdício de recursos; ausência de planejamento gerencial dos programas e dispersão de comando em diversos ministérios; orçamentos alocados insuficientes; não alcance do público-alvo conforme os critérios de elegibilidade dos programas (SILVA E SILVA, 2007, p.1433).

Vale ressaltar que com a implantação desses Programas de Transferência de Renda foi sancionado pelo o Presidente da República o projeto de autoria do

Senador Eduardo Suplicy em 2004 instituindo uma Renda Básica de Cidadania, com previsão de ser implantado gradualmente a partir de 2005 para todos os brasileiros. Embora esse projeto receba críticas e restrições por parte de vários setores tanto dentro, quanto fora do governo. A proposta é que seja destinada a Renda Básica de Cidadania para todos os brasileiros e estrangeiros que residem no país por cinco ou mais anos de forma incondicional, independente do trabalho ou qualquer outra exigência.

Analisando a política de enfrentamento no Brasil,

Os programas de transferência de renda no Brasil se reatualizam no âmbito dos impactos das transformações em curso<sup>10</sup>, sob a égide do mercado como regulador das relações sociais que complexificam a questão social nos países do chamado Terceiro Mundo, que, além da “nova pobreza” que também vai se apresentar nos centros urbanos das metrópoles, contam ainda com a pobreza tradicional, típica das populações do chamado Terceiro Mundo que não foram submetidas ao assalariamento, como no caso específico do Brasil. São questões antigas e novas, que dão novas nuances à questão social e à pobreza como uma de suas manifestações históricas. (SILVA, 2004, p.61).

Estudos realizados por Silva e Silva (2007) têm demonstrado que os resultados e impactos decorrentes dos Programas de Transferência de Renda ainda sejam muito modestos para superar a pobreza e reduzir a desigualdade no Brasil. Portanto, para se conseguir um resultado mais positivo seria necessário mudanças significativas em vários setores, como no sistema educacional, na saúde e no trabalho “para permitir a melhoria do ensino, do atendimento à saúde e do acesso e permanência no trabalho” (SILVA E SILVA, 2007, p.1437).

Os principais limites que a autora Silva e Silva (2007) destaca em sua pesquisa são:

- o valor monetário muito baixo transferidos para as famílias, sendo insuficiente para produzir um impacto efetivo na redução da pobreza;
- Os critérios de acesso muito restritivos: a renda familiar muito baixa, valor fixado, existência de crianças na família;
- A insuficiência de quantitativa e de qualificação de recursos humanos para implementação dos programas;
- A insuficiência de recursos financeiros e institucionais na maioria dos municípios brasileiros;
- Fragilidade ou ausência de uma rede de serviços sociais locais;

- A desvinculação histórica das Políticas Sociais brasileiras da política macroeconômicos;

Com tudo isso, pode se considerar, segundo Silva e Silva (2007), que esses programas não sejam capazes de ir além da manutenção de certa linha de pobreza, contribuindo somente para o controle e regulação dos níveis de indigência e pobreza. E para que o quadro de pobreza seja superado seria necessário que os programas pudessem distribuir e redistribuir a renda entre a população brasileira, de forma que alterasse o nível de concentração da riqueza socialmente produzida.

Pesquisas demonstram que nos Programas de Transferência de Renda que transfere um salário mínimo como o Benefício de Prestação Continuadas (direcionados para idosos acima de 65 anos e portadores de deficiência que comprovem sua renda inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo) e o Seguro Social Rural (direcionados aos trabalhadores e trabalhadoras rurais) tem demonstrado impactos significativos na redução da pobreza e desigualdade no Brasil.

## **6 RESGATE HISTÓRICO DA DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO MARANHÃO**

### **6.1 CARACATERÍSTICAS GERAIS**

O Estado do Maranhão está situado na Região do Nordeste do Brasil com uma população de um pouco mais de seis milhões de habitantes. Esse contingente populacional encontra-se numa área aproximadamente 332 mil/km o que é equivalente a 21,4% da área do Nordeste e 3,9% do Brasil.

O Maranhão destaca-se por uma concentração de áreas verdes, das quais muitas são quase intactas e com pouca ação antrópica. Com tais características, parece natural que haja nova interpretação de adversos negócios como a agricultura e o turismo fazendo alavancar a economia, no Maranhão, com implicações no fortalecimento da infraestrutura, o que pode revelar potencialidades de, pelo menos, metade dos 217 municípios do estado para investimentos. A cultura agropecuária estruturada e o mundo do agronegócio atraem empreendedores de diversos setores do sul e sudeste do país, trazendo para o mercado investimentos e conseqüentemente uma possibilidade de desenvolvimento para o Estado.

## 6.2 DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO MARANHÃO

Estudos demonstram que a economia do Maranhão encontra-se atualmente integrada do ponto de vista produtivo, financeiro e comercial à economia nacional, onde o centro dinâmico está relacionado à indústria de transformação polarizada no sudeste do país.

Segundo pesquisas realizadas por Holanda no final dos anos 80, o Maranhão apresentava ainda os desdobramentos dos grandes blocos de investimentos nas áreas de minero-metalúrgicos e logísticos, quando a economia brasileira enfrentava um período de estagnação em decorrência dos reflexos da desorganização inflacionária sobre os planejamentos das empresas e sobre os investimentos públicos. Neste mesmo período a economia maranhense exibiu um forte crescimento na renda às taxas de 8,3% a.a., ao contrário que ocorreu dos resultados do Nordeste que foi de 3,3% e do país com desempenho de 2,3%.

E nos anos 90 a economia maranhense sofreu alguns efeitos com a crise agrícola que ocorreu a nível nacional. Neste sentido Holanda destaca que o aspecto mais importante para explicar o mau desempenho da economia maranhense na década de 90 está relacionado com vários fatores entre eles a estagnação dos gastos públicos de uma maneira geral, não apenas os gastos em forma bruta de capital fixo, mas também as despesas correntes.

A década de 1990 constituiu para o Estado do Maranhão a verdadeira década perdida do ponto de vista da performance, na qual sua taxa de crescimento global encolheu para 1,4% a.a., menos da metade da taxa de expansão da região Nordeste (3,6% a.a.) e inferior à já medíocre taxa de expansão do país (2,1% a.a.). O Maranhão assiste no interregno à queda de sua participação no produto do país e não consegue crescer o suficiente para fazer frente ao crescimento populacional, ocasionando, portanto, um encolhimento da renda per capita no Estado. Como resultado de uma sucessão de anos ruins do ponto de vista climático, assistimos no final da década a uma *débaçle* na produção agropecuária, a qual registrou um decréscimo anual da ordem de 1,6%, não obstante a incorporação de novas áreas para a agricultura comercial (tanto na região de Balsas, no Sul do Estado, quando no nordeste do Estado, na região de Chapadinha). (HOLANDA, 2008, p.17).

De acordo com os autores Paula e Mesquita (2008) esse crescimento é impulsionado não só pela pecuária, mas também pela soja, eucalipto e o carvão vegetal, além de alguns investimentos referentes à extração mineral da região de

Carajás, que vão constituir como os principais produtos de importação do país. O que se pode verificar é que o Maranhão precisa fazer muito para alcançar um crescimento significativo em sua economia.

## **7 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MARANHÃO E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS DE COMBATE À DESIGUALDADE SOCIAL**

A sociedade brasileira tem demonstrado que vive numa realidade com uma enorme complexidade. Nos últimos anos o Brasil tem apresentado um acelerado crescimento na sua economia e ao mesmo tempo apresenta uma grande proporção da população vivendo em uma situação de pobreza e desigualdade social de modo alarmante.

Para muitos autores como Barros, Henriques e Mendonça (2000) o Brasil não é um país pobre, mas um país rico com muitos pobres.

Assim Barros e Carvalho (2003) comentam que o país é considerado um dos países latino-americanos que mais reduziram o nível de extrema pobreza, mas no que se refere à questão da desigualdade de renda, pesquisas demonstram que permaneceu estável na última década.

Neste contexto o estado do Maranhão, o que nos interessa, está situado na região do Nordeste, onde apresenta uma desigualdade social que está classificada como um dos piores do país e que por outro lado tem demonstrado um recente crescimento na sua economia. Os autores Paula e Mesquita (2008) analisaram algumas variáveis importantes como a dinâmica demográfica, a dinâmica econômica e dinâmica social, e constata que o desenvolvimento socioeconômico recente do Maranhão é *insustentável* (grifo do autor).

Nestes últimos anos vários autores como Paula e Mesquita (2008) tentaram explicar o quadro socioeconômico do Maranhão, onde um dos seus questionamentos é porque o Maranhão não alavancou a sua economia e a sociedade, mesmo com seu alto ritmo de crescimento econômico nas últimas décadas.

Para responder são destacados os mais importantes entraves que prejudicam o desenvolvimento socioeconômico do Maranhão. Sendo um dos entraves a frágil base produtiva onde resume a atividade econômica que está

relacionada com agricultura não capitalista atomizada com um imenso gargalo de financiamento e comercialização, altamente concentradora de renda e de terra.

Outro entrave é a baixa produtividade que se alastra em todos outros setores. E conseqüentemente a precária infraestrutura disponibilizada juntamente com o baixo nível de investimentos que vem prevalecendo por muitos anos fazendo com que a economia apresente uma lentidão muito grande.

Além desses entraves, ainda devem ser acrescentados outros obstáculos que são de ordem estrutural e conjuntural. No que se refere aos termos estruturais destacam como os principais a concentração de terra e a concentração de renda e em termos conjunturais, o desconhecimento e o não comprometimento por parte dos sucessivos governos estaduais e da própria população elitizada do estado em relação aos problemas estruturais elementares, o que impede a constituição de um plano de ação que possa enfrentar a questão do subdesenvolvimento no estado maranhense. Na visão dos autores,

[...] a atuação do Setor Público em criar um ambiente institucional que possa ao mesmo tempo, planejar a inserção do *grande capital* e criar condições favoráveis para a inclusão social dos agricultores familiares, dos extrativistas, de expandir e melhorar a qualidade da educação, de investir em tecnologias – articulando empresas e universidades – para melhorar a produtividade do trabalho e da terra; ampliar os serviços para que haja empregos no setor urbano; enfim, se o desenvolvimento significa melhoria das condições de vida, aumento da segurança e de justiça, de conquista da cidadania, então é preciso construí-lo via remoção destes obstáculos que aí estão, dado que as políticas públicas até então adotadas não vem produzindo os resultados esperados. (PAULA; MESQUITA, 2008, p. 16).

Outro questionamento que os autores colocam está relacionado com as perspectivas para o desenvolvimento econômico do Maranhão? E para isso a resposta não pode ser descolada da perspectiva nacional, ou seja, o Maranhão depende do crescimento da economia nacional. Entre 1982 e 2002, o Brasil cresceu apenas 2,4% a.a, uma das piores taxas já registradas no país contra 3,5% da economia mundial, no mesmo período. A partir de 2003 é que voltou a crescer a taxas maiores, sendo que em 2007 o PIB alcançou 5,5%.

Portanto, sem uma taxa de crescimento econômico alto e sustentável por décadas o Maranhão terá imensa dificuldade de superar o fosso existente com os demais estados do país e mesmo comparando com os principais do Nordeste.

Neste sentido, percebe-se que as altas taxas recente do crescimento da economia maranhense e as promessas de desenvolvimento, segundo Paula e Mesquita (2008), baseada na introdução do grande capital no campo e na industrialização que está sendo apregoada pela classe dominante e pelo governo, não tem dado conta de reduzir significativamente a pobreza e a desigualdade social no estado do Maranhão.

Ao contrário, o modelo econômico vigente tem sido padrao da maioria da população, especialmente a rural, e dentre desta os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como os agroextrativistas, quilombos, indígenas, pescadores artesanais, etc. A concentração da renda e da terra continua alarmante, assim como todos os demais indicadores sociais, tais como os índices de analfabetismo; esgotamento sanitário; acesso a energia e a coleta de lixo; esperança de vida; etc. As pesquisas e índices sobre o nível de desenvolvimento humano (IDH), exclusão social, degradação ambiental realizados pela ONU/IPEA e Universidades locais desde a década de 1990, demonstram o quadro de carência e de desigualdade em que se encontra a população. Isto coloca o Maranhão como um dos piores do país. (PAULA; MESQUITA, 2008, p.13).

Pesquisas demonstram que no estado maranhense os indicadores sociais não são dos melhores. Em 2002, o Maranhão possuía um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,637 contra 0,687 do Nordeste e 0,767 do Brasil o que fez com que o índice maranhense representasse a pior posição nacional. O índice de Gini<sup>1</sup> que mede a desigualdade entre 1991 a 2000 subiu de 0,60 para 0,70 e em 2003 o índice de Gini encontrava-se por volta de 0,43. Segundo dados coletados pelo IBGE a incidência de pobreza no Estado em 2003 era de 56%.

No que se referem à desigualdade, os índices de pobreza extrema ou de indigência (abaixo de U\$ 1 em 2000) demonstraram que era de 30%, contra 24% do Nordeste e 12,9% do Brasil. Os 30% do Maranhão representavam 1.800.000 pessoas e era o estado da Federação com maior índice de indigência.

Em 1991 os 20% mais pobres detinham 2,9% da renda; em 2000 se apropriavam apenas 1,2%. Já os mais ricos detinham 2/3 da renda, isto é, 64%, passando a deterem em 2000, 69% da renda gerada no estado.

---

<sup>1</sup> O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos tem a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada tem).

Outros indicadores que reforçam a situação do estado do Maranhão são os baixos índices educacionais, o nível de alfabetização, ou seja, percentual de pessoas com mais de 15 anos alfabetizadas, o Maranhão detinha 64%, comparado com os 77% do Nordeste e 89,6% do Brasil. Somado a isto, a média de estudo da força de trabalho era baixíssimo de 2,8, em 1991, e em 2000 passou para 4 anos. O número de pessoas em curso superior é ainda insignificante. (o Maranhão conta com 2 universidades públicas – 1 federal e uma estadual – e 18 particulares).

Então, as perspectivas do desenvolvimento socioeconômico do Maranhão não podem está descolada das perspectivas nacional e por outro lado o crescimento da economia brasileira depende do cenário internacional, isso quer dizer que uma desaceleração do crescimento mundial pode colocar em risco a economia brasileira. Para alcançar expansão na economia nacional e conseqüentemente nas economias regionais o governo do primeiro mandato do Presidente Lula que atua em várias frentes, entre as quais se destacam o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) lançado em fevereiro de 2007 articuladas com mais três eixos programáticos: infraestrutura logística, infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana, tem como objetivo criar demandas para diferentes setores da economia, incentivar novos investimentos e expandir o nível do emprego. E os Bancos públicos como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) ficou responsável em dar as diretrizes gerais de quais setores e atividades que deverão ser objeto de financiamento e onde os investimentos serão melhores.

Para Paula e Mesquita (2008) o PAC federal tem como objetivo principal assegurar a expansão da “formação bruta de capital fixo” para os próximos anos de forma que a economia reverta em um crescimento sustentável de longo prazo.

As perspectivas investimentos do PAC e os projetos do BNDES para o Maranhão são considerados insignificantes o montante de recursos para o Estado. Restringe-se a poucas obras como “poucos quilômetros de ferrovia - Norte-Sul -; habitação popular; recuperação de velhas estradas; uma mini-usina hidrelétrica e outros investimentos menores como ‘território da cidadania’ e o acesso aos Lençóis Maranhenses”. (PAULA; MESQUITA, 2008, p.18).

No entanto, pode se considerar que o quadro da economia do Maranhão não é autossustentável apesar de ter demonstrado nos últimos anos algumas mudanças positivas e que para os autores Paula e Mesquita (2008) é um quadro estacionário

que está relacionado à incapacidade que os governos estaduais dos últimos 50 anos têm dado à sociedade local na atração de investimentos produtivos que alterem de forma qualitativa a dinâmica econômica.

Considera-se que:

A economia maranhense é arcaica, colonial, onde o capital mercantil ainda constitui-se predominante no processo de acumulação – portanto lento – e o capital produtivo vincula-se a mega empresas que nos últimos 30 anos instalados obtiveram lucros bilionários, assentados na exportação de matérias-primas e manufaturas elementares, sem contribuir para a criação de efeitos de encadeamentos que possam alterar qualitativamente a estrutura produtiva do estado. Num quadro geral, a tendência continua apontando para a melhoria das condições de vida da sociedade local, embora de forma desigual como destaca os últimos indicadores relacionados à apropriação da renda e da riqueza. Esta tendência ocorre, entre outras coisas, porque a base de comparação dos atuais indicadores é muito baixa em todos os sentidos. (PAULA; MESQUITA, 2008, p.18).

Na visão dos autores Paula e Mesquita (2008), a raiz da pobreza, da desigualdade, da deterioração do meio ambiente e ainda do subdesenvolvimento do Maranhão, está identificado em determinados fatores como o precário acesso ao principal meio de produção: a terra; a exclusão da cidadania que envolve a maioria da população, considerando que o Setor Público local ao não criar as condições para o investimento e geração de emprego, não oferecer serviços básicos de educação, saúde, habitação, condena desprovida de recursos financeiros à exclusão social.

E ressalta que uma das opções é por um caminho democrático e distributivo, e para isso é necessário eleger as prioridades e implementar atividades como a agricultura familiar e a expansão de pequenas e médias empresas rurais capitalistas, como por exemplo, o agronegócio, que já tem incentivos tanto por parte do mercado quanto do governo. São necessários também incentivos às pequenas e médias indústrias voltadas para a produção de mercadores e serviços que atendem às necessidades da população urbana. No que se refere ao meio ambiente, o governo local não exige uma contra partida que possa reduzir a degradação ambiental provocada pelo setor de mineração e também garantir inversões maciças em educação e desenvolvimento de novas tecnologias estas sim articuladas com o governo federal, por meio de órgãos de fomentos.

Outro aspecto que vale ressaltar no cenário da economia do Maranhão se refere à expansão do consumo do Maranhão que é devido ao crescimento do

montante das transferências federais para o Estado, principalmente quando se trata do Programa Bolsa Família que tem demonstrado um resultado até que modesto no combate à pobreza. Deve-se isso à tradição da política econômica que só vem reforçando o desenvolvimento da economia e não contribuindo de forma satisfatória na redução da pobreza e da desigualdade social.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo pretendeu analisar o quadro de desenvolvimento socioeconômico do estado do Maranhão perante a dinâmica da economia e as políticas de enfrentamento da pobreza e da redução da desigualdade de renda no Estado. Neste sentido percebemos que embora o Maranhão tenha demonstrado um recente crescimento na sua economia nos últimos anos, ainda assim não é o suficiente para combater os altos índices de pobreza e a desigualdade de renda.

O Maranhão não conseguiu alcançar um crescimento econômico significativo porque os principais instrumentos utilizados para modernizar a economia maranhense sempre estiveram muito atrás dos outros estados, portanto, conseguiu muito pouco transformar qualitativamente o perfil produtivo do estado.

As desigualdades nas economias regionais existentes entre os estados da federação são reforçadas principalmente com as políticas macroeconômica do governo federal que sempre privilegiou as áreas mais dinâmicas da economia brasileira como as regiões Sul e Sudeste. A região do Nordeste, onde o Maranhão se situa, tem demonstrado um crescimento pouco significativo o que se torna um crescimento relativo comparado com os outros estados brasileiros. Assim sem um crescimento alto e sustentável de longo prazo, o Maranhão terá uma dificuldade de superar o quadro das desigualdades regionais entre os estados que apresentam economias mais aquecidas.

No que se refere à desigualdade social o modelo econômico capitalista não tem contribuído para ao menos diminuir a desigualdade social existente na sociedade maranhense. A estratégia que o governo Federal vem adotando nessas últimas décadas para enfrentar a pobreza em todo o Brasil com as implementações das políticas de transferência direta de renda como, por exemplo, o Programa Bolsa Família – PBF atinge uma grande parte da população mais situação de extrema

pobreza e esse programa no Maranhão atinge cerca de 83,38% das famílias com o perfil de baixa renda.

Percebe-se que os índices de pobreza vêm diminuindo nesses últimos anos com as implementações dos Programas de Transferência de Renda, mas em relação às desigualdades sociais ainda permanecem em situação estável. O que se torna um resultado muito modesto se comparado com fosso existente entre os ricos e os pobres.

Com isso percebemos que o Brasil não tem construído estratégias que possam reduzir a desigualdade social de forma significativa, somente, programas que amenizam a questão da pobreza oferecendo um benefício muito modesto para as famílias de forma que não dá para fazer uma mudança qualitativa. Então o efeito desses programas pouco altera a situação de pobreza na grande maioria da população e os resultados nos níveis de desigualdade social continuam inalterados.

Outro fator que dificulta as famílias em situação de vulnerabilidade superar as desigualdades sociais está relacionado com a baixa qualidade dos serviços básicos como a saúde, educação, habitação e saneamento básico que estão sendo oferecidos, assim, ao invés de contribuir para que as famílias alcancem a sua autonomia financeira as políticas de corte social apresentam dificuldade em combater os seus principais problemas sociais.

Embora se perceba que os programas de transferência vêm sofrendo alterações qualitativas na sua operacionalização ao longo do tempo desde quando foi criado, ainda se destacam algumas limitações que afetam a obtenção de resultado mais positivo tais como: os valores monetários do benefício repassados para as famílias são muito baixos, os critérios de elegibilidade são muito restritivos, deixando de fora muitas famílias que também necessitam.

Conclui-se que os programas de transferência de renda que o Brasil vem adotando nas suas regiões não estão sendo insuficientes para combater a pobreza de forma significativa. Fazendo com que esses programas sejam apenas capazes de controlar e manter certo nível de pobreza.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. **Desafios para a política social brasileira**. Rio de Janeiro, 2003. IN: IPEA. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4564&Itemid=2](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4564&Itemid=2). Acesso em: 12 jun. 2012.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. IN:\_\_\_\_ **Revista brasileira de ciências sociais**, v.15, nº 42. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. 2006. Disponível em: [http://bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7 - ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf/>](http://bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf/>). Acesso em: 16 jul. 2012.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. IN:\_\_\_\_ **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. NOLETO, Marlova Jovchelovitch; WERTHEIN, Jorge (Org.). Brasília: Unesco, 2003.

HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. São Luís: **Caderno IMESC**, 2008. Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br/docs/CADERNOSIMESC4.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: para o curso de direito**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MESQUITA, Benjamin Alvino. **Desenvolvimento econômico recente do Maranhão: uma análise do crescimento do PIB e perspectivas**. – São Luís: IMESC, 2008.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso; MESQUITA, Benjamin Alvino de. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do estado do Maranhão – 1970/2008**. Disponível em: [http://www.bancodonordeste.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a\\_dinamica\\_recente.pdf](http://www.bancodonordeste.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/a_dinamica_recente.pdf). Acesso em: 01 jul. 2012.

RIBEIRO, Paulino Silvino. **O desenvolvimento foi suficiente para o Brasil no século XX?**. Brasil Escola. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/sociologia/o-desenvolvimento-foi-suficiente-para-brasil.htm.>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

SILVA, Lília Penha Viana. **Pobreza e suas formas de resistência e enfrentamento no município de Belágua – MA**. São Luís, 2004. Dissertação (Mestrado em políticas públicas). Universidade Federal do Maranhão.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **O Bolsa Família**: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. IN: \_\_\_Ciência e Saúde Coletiva. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, v.12, nº 6, p. 1429-1439. Disponível em:  
<<http://redaluc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=63013517006>. Acesso em: 13 jun. 2012.